

interação.

Instituto Euvaldo Lodi • Ano 16 / nº 181 • Abril de 2007

Economia

Cooperação IEL/Eletobrás
visa à eficiência energética

interação

Publicação mensal editada pela Unidade de Comunicação Social do Sistema Indústria (Unicom)

Instituto Euvaldo Lodi (IEL)
Presidente do Conselho Superior e diretor-geral:
Armando Monteiro Neto

Superintendente:
Carlos Cavalcante

Gerente-executivo da Unicom:
Edgar Lisboa

Gerente de Jornalismo:
Carlo Iberê

Editor:
Edson Chaves Filho

Subeditor:
Roberto Almeida

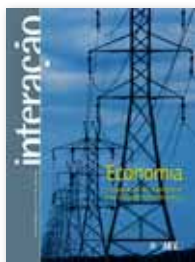
Reportagem:
Carlo Iberê, Cláudia Izique, Fernanda Paraguassu,
Luciana Bezerra e Maria José Rodrigues

Projeto:
Renato Benício

Produção gráfica:
textodesign

Foto capa:
Liquidlibrary

SBN, Quadra 1, Bloco B, lote 24
Edifício Confederação Nacional do Comércio
9º andar, CEP 70041-902, Brasília (DF)
Telefone: 61 3317-9080 - Fax: 61 3317-9360
www.iel.org.br



181

Abril de 2007

3 **Editorial**
O Brasil precisa de
eficiência energética

4 **Bítec**
Livro traz os
39 melhores projetos

5 **Eficiência**
Esforço para economizar
energia elétrica

9 **Negócios**
Executivos do Brasil
estudam o mercado asiático

12 **Chocolate**
Bahia lança
produto *gourmet*

13 **Artigo**
Na França, pólo de
competitividade é inovação

14 **Integração**
Interação on-line para
disseminar boas práticas

Divulgação científica - O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) abriu inscrições para o Prêmio José Reis de Divulgação Científica. O prêmio é destinado àqueles que contribuam significativamente para tornar a ciência, a tecnologia, a pesquisa e a inovação conhecidas do grande público. As inscrições podem ser feitas até 11 de maio. Mais informações e regulamento no *site* <http://www.cnpq.br/premios/2007/josereis/index.htm>

Inovação - A Associação Nacional de P, D&E das Empresas Inovadoras vai realizar, de 4 a 6 de junho, em Salvador, na Bahia, a VII Conferência Anpei de Inovação Tecnológica, que será aberta com palestra do ministro

da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende. O encontro terá como tema central Inovação, Competitividade e Inserção Internacional.

Biocombustíveis - Será realizado no Palácio do Itamaraty, em 25 de abril, o seminário A Diplomacia dos Biocombustíveis, que vai debater as novas perspectivas e oportunidades de negócios do setor após os encontros entre os presidentes do Brasil e dos EUA. Além das palestras empresariais sobre o tema, poderá ser conhecida a posição do governo federal nos pronunciamentos dos ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, da Agricultura, Reinhold Stephanes, do chanceler Celso Amorim e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Energia para Crescer

MIGUEL ÂNGELO



A disponibilidade e o uso racional de energia elétrica são determinantes para a capacidade competitiva da indústria e a sustentabilidade do setor. O desafio é utilizar produtos que obtenham melhor desempenho, mantendo a qualidade e a segurança, e gastando menos energia. É o que se chama de eficiência energética.

A preocupação com a eficiência energética no País foi reforçada após a crise de energia elétrica em 2001. Naquele mesmo ano foi promulgada a Lei 10.295, que tramitava há uma década no Congresso Nacional. Essa lei dá ao Executivo a responsabilidade de estabelecer níveis mínimos de eficiência energética para máquinas

e equipamentos consumidores de energia elétrica.

O processo de regulamentação começou pelos motores elétricos, que gastam 30% de toda a energia consumida no País. Daqui a pouco será a vez de os transformadores de distribuição se adequarem às exigências da legislação.

O IEL, a CNI e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás se anteciparam às novas normas ao desenvolver o projeto *Qualidade e Eficiência Energética dos Transformadores de Distribuição*, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, assinado em 2004. O objetivo é modernizar os transformadores, uma vez que há um grande número de equipamentos em operação com muito tempo de utilização, diferentes graus de obsolescência e níveis acentuados de perdas de energia.

Uma etiqueta dará todas as informações do aparelho, assim como já existe em geladeiras e fogões. Um selo de qualidade premiará os melhores fabricantes, o que representará um diferencial de mercado e um estímulo a investimentos na modernização do parque industrial.

Um grupo de trabalho formado com participação voluntária de fabricantes definirá os critérios da etiquetagem e do selo, e também elaborará sugestões para a

Indústria se antecipa à legislação e adota medidas de eficiência energética

regulamentação. No mês passado, o IEL apresentou aos fabricantes um perfil da produção nacional. Foram identificados 32 fabricantes, sendo que a maior parte do mercado está nas mãos de apenas nove empresas. Entre as principais dificuldades enfrentadas pelos fabricantes está a falta de recursos e de instituições de apoio ao desenvolvimento tecnológico.

Estima-se que há 3,3 milhões de transformadores de distribuição instalados no País e a perspectiva é de aumento da demanda por transformadores mais eficientes. Depois de implementadas as mudanças que estão sendo desenhadas, o IEL tem certeza de que a indústria nacional será capaz de atender à nova demanda. Não importa onde o cliente estiver.

Carlos Cavalcante
Superintendente do IEL

Frutos do Talento

Coletânea traz bem-sucedidas experiências de inovação tecnológica

O 2º Congresso de Inovação Tecnológica da Indústria, previsto para o fim deste mês, em São Paulo, marca o lançamento da coletânea dos 39 melhores projetos de 2004 e 2005 do programa *Bolsas de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas* (Bitec). Segundo o gerente de Estágio e Novos Talentos do IEL Nacional, Ricardo Romeiro, haverá outra cerimônia na sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em Brasília.

A coletânea celebra os dez anos do Bitec, que tem como realizadores o IEL, o SENAI, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o CNPq. Além disso, revela as bem-sucedidas experiências de inovação tecnológica que estudantes desenvolvem dentro de empresas.

CAJUÍNA

Entre os trabalhos, destacam-se o de controle de qualidade do processo de produção da Cajuína no Ceará; o de aproveitamento das águas do processamento da mandioca na irrigação de pastagens no Paraná; o da reutilização de resíduos do beneficiamento do granito na produção de blocos e lajotas no Espírito Santo; o da criação de *sites* para empresas e até o de desenvolvimento de novas tecnologias, como a criação de tecido hospitalar antiácido e antimicrobiano para roupa de cama e vestuário, no Rio de Janeiro.

Localizada em São Gonçalo do Amarante, no oeste do Ceará,

a fábrica Cajuína Sabor Tropical não conseguia uniformizar a cor da bebida não-alcoólica feita a partir do caju. Um projeto desenvolvido dentro do programa Bitec pelo estudante Nilton Filho, da Faculdade de Química Industrial, da Universidade Federal do Ceará, constatou as causas do problema e sugeriu mudanças no processo de fabricação. “Esse projeto foi fundamental. Até hoje aplicamos o que nos foi repassado”, afirma o empresário Fernando Furlani.

Para Nilton Filho, a oportunidade possibilitou o primeiro contato com o mercado: “Essa oportunidade me ajudou muito. Estou concluindo a faculdade com essa experiência”. “O trabalho só funcionou porque o Nilton teve vontade de buscar as respostas para o problema. Valeu a pena também pela receptividade do dono da empresa, preocupado em resolver a situação”, afirma o orientador Ronaldo Nascimento.

A qualidade de projetos como o do Ceará e dos demais 38 trabalhos reunidos na publicação do Bitec obrigou as entidades que conduzem o programa a submetê-lo a uma reavaliação, prevista para o segundo semestre deste ano.

“Pensamos em uma outra metodologia de acordo com o nível dos projetos que são hoje apresentados. Nesses dez anos, houve uma notável transição. No começo, era uma possibilidade de um estudante desenvolver projetos de iniciação tecnológica e começar a se ambientar com o mercado. Hoje, eles criam novos produtos e processos”, explica Romeiro.

DIVULGAÇÃO



Transformador de energia de Qualidade

Problemas de fornecimento de energia elétrica adiam decisões de investimento e desarticulam processos produtivos. E isso é tudo o que o Brasil não quer. Portanto, o consumo crescente de eletricidade pela indústria aponta para a necessidade da adoção de medidas que estimulem o uso racional desse recurso. Nesse contexto, o IEL, a CNI e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás desenvolvem o projeto *Qualidade e Eficiência Energética dos Transformadores de Distribuição*, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira assinado em 2004.

“A indústria tem que se preparar para uma concorrência global. Temos transformadores de grande qualidade que já obedecem a padrões internacionais. Mas é preciso estimular que toda a indústria esteja no mesmo nível de competitividade”, diz o gerente-executivo de Competitividade Empresarial do IEL Nacional, Júlio Miranda.

No Brasil há um grande número de equipamentos em operação com tempo de utilização superior a 25 anos, com graus diferentes de obsolescência e níveis acentuados de perdas energéticas.

No mês passado, o consultor do IEL Rodrigo Garcia apresentou aos fabricantes do setor e demais integrantes da cadeia produtiva um perfil do mercado nacional de transformadores de distribuição. Estima-se que há 3,3 milhões de deles instalados no País. E a demanda deverá aumentar. Um dos motivos

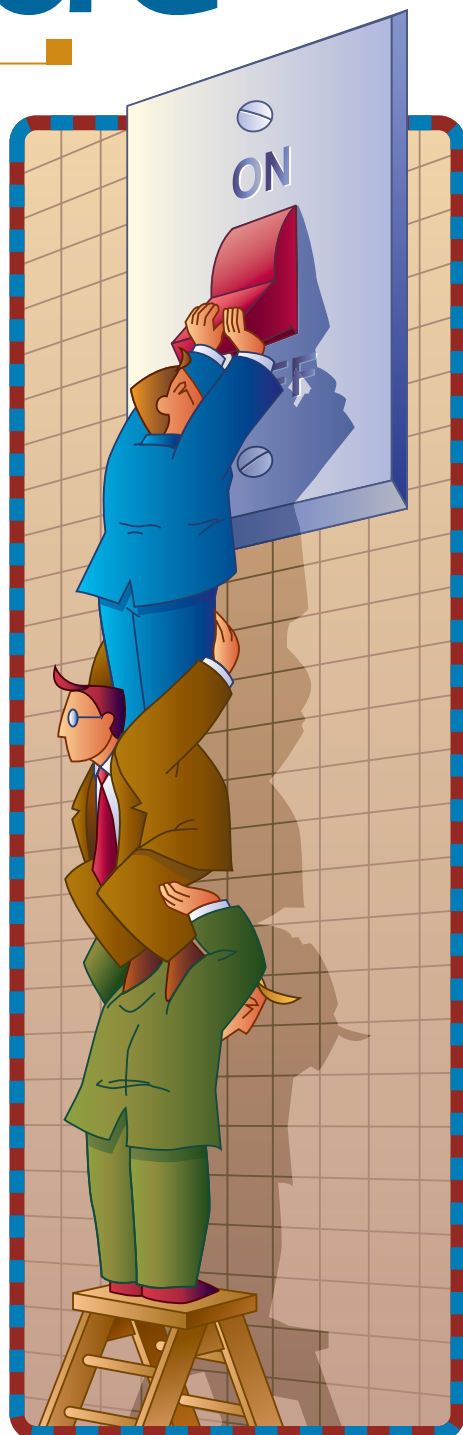
Projeto do IEL, CNI e Eletrobrás permite aumentar competitividade da indústria brasileira

é o programa social do governo federal Luz para Todos, que tem o objetivo de levar eletricidade para a população rural.

Foram identificados 32 fabricantes de transformadores de distribuição, sendo que 33% exportam, principalmente para países das Américas e da África. A maior parte do mercado doméstico está nas mãos de poucos. Nove empresas são responsáveis por 90% dele. A falta de recursos e de instituições de apoio para o desenvolvimento tecnológico foi uma das principais dificuldades apontadas pelos fabricantes. Para as empresas de menor porte, a escassez de mão-de-obra especializada é outro grande empecilho.

Também teve destaque a necessidade de matéria-prima de qualidade para melhorar a eficiência energética dos transformadores. Segundo o representante da Acesita, Washington Maurílio Fernandes, a empresa já coloca no mercado aços elétricos de boa qualidade, mas percebe que a demanda por esse tipo de matéria-prima mais nobre ainda é baixa.

Além de reduzir o gasto excessivo, outro ponto crítico é a qualidade da energia distribuída,



LIQUIDLIBRARY



Garcia: apresentação do perfil do mercado nacional de transformadores

o que envolve questões relacionadas à tensão e à frequência. É preciso, por exemplo, que a eletricidade que sai da tomada esteja em uma determinada tensão para não queimar o aparelho, ou ainda, quando o liquidificador for ligado na cozinha, não haja interferência na televisão ligada na sala.

COMPETITIVIDADE

O projeto desenvolvido pelo IEL e parceiros representará um avanço para a competitividade da indústria brasileira que fabrica o transformador e da que consome energia. O primeiro passo será medir as características referentes à qualidade e eficiência energética desses equipamentos de distribuição fabricados no País. Haverá uma avaliação técnica em laboratórios para aferição dos produtos feitos no Brasil e normatização dos procedimentos de ensaios para transformadores. “A idéia é que todos façam a medição da mesma forma para não haver distorções”, explica Garcia, do IEL.

A Eletrobrás ficará responsável pela capacitação dos centros de pesquisa e universidades que farão os testes nos medidores. Com o diagnóstico da situação do transformador, os fabricantes terão a oportunidade de atualizar seus produtos dentro de critérios já difundidos de qualidade e eficiência energética. Há também a preocupação de que os aparelhos reconicionados obedeçam a um nível mínimo de qualidade e eficiência energética.

Uma etiqueta dará todas as informações técnicas, nos moldes do que é feito em produtos da linha branca, como fogões e geladeiras, que recebem o selo Procel (*ver boxe*). Segundo o gerente de certificação do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel, Carlos Sanguedo, o comprador saberá para que área um determinado transformador é indicado, se residencial ou industrial. “Com isso, evita-se a subutilização do equipamento”, diz.

Será criado ainda um selo de qualidade que representará um diferencial de mercado e um estímulo a investimentos na modernização do parque

industrial. “Os melhores fabricantes de transformadores de distribuição serão premiados. Num segundo momento, vamos trabalhar com a eficiência na geração e na transmissão de energia”, diz o representante da Eletrobrás Silvio Salgado.

SELO DE QUALIDADE

Os detalhes do processo de etiquetagem e do selo de qualidade serão definidos por um grupo de trabalho, que está sendo criado com a participação voluntária dos fabricantes. Essa equipe também dará sugestões para a regulamentação dos níveis de qualidade e eficiência energética dos transformadores de distribuição. Demonstraram interesse em participar fabricantes e também fornecedores de matéria-prima.

O representante da Associação Internacional do Cobre, Glycon Garcia Junior, explica que não se pode influenciar o preço do cobre por se tratar de uma *commodity*. Ainda assim, Garcia Junior diz que a experiência internacional mostra que o projeto de transformadores de distribuição,

que se tornam mais eficientes com maior quantidade de cobre em sua composição, pode ser economicamente viável.

Ao modernizar essa indústria o setor se antecipa a uma exigência da legislação criada depois da crise de energia elétrica de 2001. A Lei 10.295, promulgada naquele ano, estabeleceu índices mínimos de eficiência energética ou níveis máximos de gasto para

máquinas e equipamentos elétricos. O processo de regulamentação começou pelos motores elétricos, muito usados na indústria e consumidores de 30% de toda a energia gasta no País. Em seguida foi a vez das lâmpadas fluorescentes compactas.

Em breve, sairão as regulamentações de refrigeradores, aparelhos domésticos de ar condicionado e fogões e fornos a gás. No mês pas-



Tarso: selo e lei pela eficiência energética

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO BRASIL

Em países em desenvolvimento, como o Brasil, o aumento do consumo de energia elétrica é uma constante, algo entre 3% e 5% ao ano. De acordo com dados da Eletrobrás, mesmo nos períodos em que se verificou uma estagnação econômica, o consumo não parou de crescer. A preocupação aumenta quando se considera que, no País, a maior parte da energia é gerada em usinas hidrelétricas, ou seja, depende da água das chuvas.

O esforço do governo no combate ao desperdício começou na década de 1980, quando o Inmetro criou o Programa Brasileiro de Etiquetagem para racionalizar o uso de diversos tipos de energia no País. Ao informar os consumidores sobre a eficiência energética de cada produto, estimula-os a fazer uma compra consciente.

Com o tempo, o Inmetro ganhou dois parceiros: a Eletrobrás, através do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, e a Petrobras, por meio do Programa Nacional da Racionalização do uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural – Conpet. No caso do Procel, espera-se um aumento médio de 10% no desempenho dos equipamentos que participem do programa. Em 2001, a crise de energia elétrica levou o governo a resgatar e publicar a Lei 10.295 para estabelecer uma política nacional de eficiência para máquinas e aparelhos elétricos comercializados no País. A lei determinou que, num prazo de até um ano, a partir da regulamentação específica de cada produto, entre eles os transformadores de distribuição, será elaborado um programa de metas para uma progressiva evolução dos índices. “O selo classifica os produtos e a lei corta do mercado aqueles que não atendem a um determinado padrão de eficiência”, diz o coordenador-geral de eficiência energética do Ministério de Minas e Energia, Paulo de Tarso.



sado, entrou em consulta pública o texto para aquecedores de água a gás para uso doméstico. Prioritariamente, serão dez equipamentos. Entre eles, estão os transformadores de distribuição.

SENSIBILIZAR O CLIENTE

Para o representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) Roberto Barbieri, o desafio é sensibilizar os clientes finais de transformadores de distribuição para os ganhos da eficiência a longo prazo, tanto as concessionárias de energia como também as indústrias que utilizam o equipamento em suas próprias substâncias. Segundo o representante da WEG Equipamentos Elétricos Paulo Zimmermann, melhorar a qualidade do equipamento tem um custo inicial e ainda não há demanda no mercado para absorver essa produção.

Garcia, do IEL, diz que os consumidores de transformadores de distribuição precisam ser conscien-

tizados de que compensa investir em eficiência. “A diminuição da perda de energia ao longo dos anos compensará o investimento inicial superior”, afirma.

O setor espera que a demanda por transformadores de qualidade aumente quando a eficiência energética se tornar compulsória. A lei determinará que tipo de equipamento poderá permanecer no mercado, como aconteceu com os motores elétricos. Zimmermann conta que um programa de substituição de motores permitiu utilizar produtos que estavam no final da vida útil como parte do pagamento de um novo.

“O processo de melhorar a eficiência energética dos motores elétricos também começou de forma voluntária na indústria”, destaca Barbieri. Além disso, o desenvolvimento da tecnologia permitirá fabricar produtos mais eficientes por preços mais em conta do que é feito hoje. “Quem conseguir baixar o preço ganhará mercado”, diz o representante da Abinee.

A Ásia na economia do Mundo

Ovigor da economia chinesa pode ser medido a partir de diferentes perspectivas, à frente os indicadores econômicos. Em 2006, a balança comercial chegou a US\$ 177 bilhões, com US\$ 969 bilhões em exportações e US\$ 791 bilhões em importações. E, só nos dois primeiros meses deste ano, mesmo com a intenção do governo de segurar o crescimento anual em 8%, o *superávit* já alcançou US\$ 39 bilhões. Para 2007, o esperado é de US\$ 200 bilhões.

As causas e conseqüências do desenvolvimento acelerado da China, a partir dos anos 90, foram o tema de abertura da fase chinesa do curso Estratégias de Negócios para o Mercado Asiático, que o IEL, em parceria com o Institute of Business Administration (Insead), promoveu para empresários e executivos brasileiros. Antes da China, os participantes tiveram um período de estudos no *campus* Ásia do Insead, em Cingapura.

Os números foram apresentados, em Xangai, pelo professor Zhang Jun, renomado economista do Centro de Estudos Econômicos da China, da Universidade de Fudan. Um detalhe destacado por ele são os países para os quais os chineses vendem mais do que compram. Em 2006, os produtos feitos no país foram exportados com *superávit* para os Estados Unidos e para a União Européia, entre outros, como o Brasil.

No detalhe, Jun: destaque para países compradores. Ao lado, dragão, símbolo da cultura chinesa: conhecer a tradição local é importante para os negócios

FOTOS: CARLO IBERÉ



O que empresários brasileiros precisam saber para explorar o mercado chinês





Szulanski: oportunidades de negócios para as empresas



A balança comercial chinesa é negativa com o Japão, Coréia, Taiwan, Austrália, Oriente Médio, de onde importam tecnologia, equipamentos, produtos primários, recursos naturais e energia. Os constantes superávits elevaram as reservas internacionais para US\$ 1,06 trilhão e a poupança interna para 6% do Produto Interno Bruto. A China investe, por ano, 40% do seu PIB de US\$ 2,5 trilhões.

POUPANÇA

“É algo extraordinário quando lembramos que em importantes países há poupança negativa”, comenta o professor. Observa ainda que o sucesso chinês “é surpreendente, uma vez que aconteceu sem que mudanças estruturais fundamentais tenham sido feitas”. Ele cita, como exemplo, a forte presença das empresas estatais na economia e a falta de reestruturação do sistema bancário, de uma taxa de câmbio flutuante e de uma maior definição do que é propriedade privada na China. Jun lembra ainda a necessidade de um sistema de previdência social mais abrangente.

“O Brasil tem que articular políticas públicas e empresariais para mudar de rota, uma vez que não podemos mais adiar a competição e as oportunidades de negócios que estão acontecendo aqui”, diz o presidente da Federação das Indústrias do Esta-

do de Mato Grosso, Mauro Ferreira, participante do curso, resumindo a impressão geral dos 27 empresários e executivos que fizeram o curso.

Quais os rumos e qual a sustentação de longo prazo para as empresas que desejam investir ou promover negócios na China, assim como em outros países asiáticos, é a grande pergunta que o mundo se faz hoje. “O Brasil tem que estar inserido nesse supersônico da economia mundial. Os países da Ásia, particularmente Cingapura e China, são pólos de atração e distribuição de serviços, tecnologia e mercadorias. Quanto mais competitivos formos, mais perto estaremos do comércio internacional”, acredita o embaixador do Brasil em Cingapura, Paulo Alberto da Silveira.

“Aprendi muito sobre Cingapura e em termos gerais como pensamos os chineses. O curso valeu a pena pelo aprendizado de uma região com conceitos de negócios e culturas empresariais diferentes”, avalia o presidente da Magnum Opus Consultoria, Anders Pettersson, especializada na identificação de oportunidades de investimento.

“Aqui o participante recebe as lições que tiramos de outras empresas, seus erros e acertos. O Insead reúne profissionais de alto nível e as discussões funcionam como troca de informações. Se o participante voltar com

CUIDADOS AO NEGOCIAR

Poucas empresas no mundo estão conseguindo entrar na China e fazer dinheiro naquele mercado. O alerta é do professor de Ciências da Decisão, do Insead em Cingapura, o brasileiro Horacio Falcão (foto), segundo o qual a maioria das empresas concentra-se em utilizar as condições e custos competitivos chineses para exportar a menor custo. Nesta entrevista exclusiva à revista *Interação*, Falcão, que também atua como consultor de negociação e mediação para grandes empresas internacionais, públicas e privadas, fala sobre as perspectivas de negócios na Ásia.

Quais são as oportunidades de negócios que as empresas brasileiras podem encontrar na Ásia, particularmente na China e em Cingapura?

Falcão – O mercado asiático oferece oportunidades tanto para compra quanto

dois ou três novos contatos em várias partes do mundo, estará levando novas oportunidades de negócios para a sua empresa”, assegura Gabriel Szulanki, professor de Estratégia e coordenador do curso IEL/Insead.

CARLO IBERÉ



Grupo de brasileiros em visita a fábrica chinesa

ESTRATÉGIA E INOVAÇÃO NA WHARTON

O bom desempenho de um sistema depende de como as partes interagem e não apenas como elas atuam separadamente. Em gestão estratégica, é o que chamam de pensamento sistêmico. O assunto é uma das matérias abordadas no curso Estratégia e Inovação nos Negócios que o IEL promove em parceria com a Wharton School, localizada na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

“O professor de que eu mais gostei tem 86 anos de idade e trouxe conceitos atuais, muitos deles aplicáveis no meu negócio”, diz o presidente da Fibrosa, do setor de embalagens, Sérgio Rogério de Castro, referindo-se a Russ Ackoff, considerado o pai do pensamento sistêmico. Segundo o gerente de Educação Executiva do IEL, Oto Morato, Ackoff foi o professor mais bem avaliado entre os 43 participantes da primeira edição do curso.

A segunda edição será realizada entre os dias 4 e 8 de junho e terá

a participação de dois novos professores: o especialista em negociação Richard Shell e Paul Schoemaker (autor do *best-seller Visão Periférica*), que falará sobre tomada de decisão. O conteúdo do curso inclui outros assuntos como planejamento por cenários, fusões e aquisições, e como construir e sustentar a vantagem competitiva.

Nesta edição, haverá ainda um debate sobre riscos e oportunidades para investidores no BRIC, sigla para o conjunto de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China. “Depois de ter feito o curso há um ano ainda consulto o material que recebi quando preciso tratar

de determinados temas. O IEL teve o cuidado de fazer a calibragem adequada do conteúdo, que dá uma visão internacional de gestão”, diz o presidente da Fibrosa.

Reconhecida mundialmente por sua excelência acadêmica em educação executiva, a Wharton School liderou, nos últimos três anos, a lista do jornal britânico *Financial Times* das melhores escolas de MBA do mundo. As inscrições para o curso deste ano estão abertas. O empresário que quiser participar pode obter mais informações na página do IEL na internet, no endereço www.iel.org.br/eduexecutiva.

para venda. Para quem vai comprar, a China tem preços imbatíveis em manufaturados, que podem servir de insumo mais barato para o produto brasileiro. Já Cingapura dispõe produtos de melhor tecnologia a preços mais competitivos que os dos EUA e da Europa, além de oportunidades de franquias e modelos de negócios inovadores ou exóticos com potencial para o mercado brasileiro. Em relação à venda, o mercado asiático ainda é muito apegado a produto, sem saber ainda valorizar o serviço.

Quais empresas brasileiras estão olhando corretamente as possibilidades?

Falcão – Mais e mais empresários brasileiros vêm para a Ásia fazer negócios. Se estão olhando corretamente as

possibilidades ou não é difícil dizer.

Quais os segmentos mais promissores?

Falcão – As oportunidades estão em três categorias:

1 - *commodities*, para alimentar a grande fome de crescimento da China, Índia e demais países asiáticos; 2 - produtos nos quais o Brasil goza de reputação internacional, como o nosso estilo e cultura (roupas, músicas, futebol, carnaval, etc.); e 3 - produtos com *design* criativo, mas de preço acessível. Um alerta: poucas empresas no mundo estão conseguindo entrar na China e fazer dinheiro naquele mercado. A maioria das companhias concentra-se em utilizar as condições e custos competitivos chineses para exportar a menor custo.

Sabor *Gourmet*

Com o apoio do IEL-BA, Brasil ganha fábrica pioneira

DIVULGAÇÃO



O chocolate suíço, considerado dos melhores do mundo, vai enfrentar concorrência de similar nacional: em maio será inaugurada a primeira unidade de beneficiamento de massa de cacau fino para a produção de chocolates *gourmet* do País. Embora seja um dos maiores exportadores de cacau e de chocolate do mundo, o Brasil não fabrica a matéria-prima do chocolate *gourmet* produzido na Suíça: a massa fina de cacau, que tem menor teor de açúcar e mais flavonóides (compostos químicos com funções nutricionais).

A fábrica será em Itamaraju, no sul da Bahia, e será gerida pela Cooperativa de Famílias de Agricultores Ecológicos no Entorno do Descobrimento, que reúne 30 produtores. Terá capacidade de processamento de uma tonelada diária.

PROJETO REVOLUCIONÁRIO

O projeto começou a ser idealizado há três anos, quando o Ministério da Integração Nacional decidiu investir em pequenos empreendimentos na região conhecida como Mesovale, entre os rios Jequitinhonha e Mucuri, em parceria com o IEL-BA. “Um desses projetos era na área de fruticultura”, lembra André Balbi, consultor da instituição. “Escolhemos o cacau e decidimos trabalhar nos moldes de *commodities*, desde a produção de amêndoa até a massa para a produção do chocolate *flavor* (sabor tradicional) ou *gourmet*”, explica.

O resultado, na avaliação de Balbi, foi um projeto revolucionário.

Além de abrir novas perspectivas de mercado para produtores nacionais e oferecer ao consumidor um chocolate de melhor qualidade – e a preços mais acessíveis –, a fábrica contribuirá para aumentar a renda dos agricultores.

A massa fina para chocolate *gourmet* exigirá manejo diferenciado e a fermentação do cacau ainda na fazenda, agregando valor ao produto. “A nova fábrica vai alavancar a lavoura cacauera, que está em crise”, prevê o diretor da cooperativa, Almir Gonçalves de Souza.

Na implementação do projeto, o primeiro desafio foi formatar a gestão e o gerenciamento do negócio. A escolha recaiu sobre o modelo de cooperativa desenvolvido em parceria com o Sebrae. O segundo desafio, o de eliminar o risco tecnológico capacitando pequenos produtores para a cultura da fruta com especificações técnicas para o chocolate fino, foi superado com o apoio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). E o terceiro, o da construção de uma fábrica para processar o cacau a frio e produção de massa mais pura, foi resolvido com uma parceria com a Meller, empresa capixaba especializada no desenvolvimento de unidades de processamento de amêndoas de cacau.

“O projeto é inédito em vários aspectos: será a primeira fábrica de massa de cacau fino do País e a primeira a processar massa de cacau em pequena escala, sem prejuízo”, afirma Luciano França de Oliveira, diretor comercial da Meller.

Pólos de Competitividade

Alain Griot

Os pólos de competitividade constituem o elemento mais recente da política de inovação industrial instaurada na França desde 2004. Eles foram criados pelo governo com vários objetivos:

- Em primeiro lugar, elevar a competitividade da economia francesa por um aumento da inovação e do apoio a instrumentos que permitam acelerar o processo de inovação,

- Colocar a empresa no centro desse processo de inovação, fazendo o eixo de projetos de pesquisa e de desenvolvimento que devem levar, em curto prazo, a produtos e serviços com forte potencial de mercado,

- Desenvolver a sinergia entre as empresas e os centros de pesquisa públicos ou privados para que as companhias possam melhor beneficiar-se da excelência da pesquisa francesa, valorizando-a em produtos e serviços.

Após edital lançado em dezembro de 2004, o governo francês credenciou, em julho de 2005, 66 pólos de competitividade. Desses, 16 apresentam concentração em matéria de pesquisa bem como abertura internacional forte, sendo por isso designados pólos mundiais ou com vocação mundial.

Os pólos de competitividade são associações de empresas (independente de porte), centros de pesquisa e de formação, reunidos sobre uma zona geográfica determinada e colocando conjuntamente as suas forças ao serviço de projetos de pesquisa e de inovação sobre produtos ou métodos inovadores em mercados de forte potencial de crescimento. Assim, no ramo das biotecnologias, por exemplo, o pólo de competitividade Lyon Biopôle dá enfoque a diagnósticos e doenças infecciosas enquanto o pólo de Toulouse desenvolve *expertise* em matéria oncologia.

O governo francês decidiu apoiar os pólos de competitividade por considerar relevante a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação. É assim que, no período 2006-2008, um orçamento de 1,5 milhão de euros será aplicado nos projetos de pesquisa nos pólos de

competitividade. Até a presente data, mais de 250 projetos foram selecionados para financiamento, implicando um investimento substancial por parte dos atores industriais dos pólos de competitividade.

Obviamente, os setores considerados de elevada tecnologia, como as biotecnologias, nanotecnologias, *softwares*, semicondutores e componentes representam uma parte importante das problemáticas tratadas pelos pólos de competitividade. Mas, dos 66 pólos, as preocupações ligadas a tecnologias limpas e a desenvolvimento sustentável representam um eixo estratégico essencial para 33 pólos. Essa problemática do desenvolvimento sustentável está igualmente no cerne das preocupações do Brasil.

É por isso que a Direção-Geral das Empresas decidiu, em parceria com Onudi¹ e Ubifrance², apoiar uma missão coletiva ao Brasil dos pólos de competitividade que tratam do desenvolvimento sustentável, a fim de pôr em contato atores franceses e brasileiros. Essa missão de descoberta do estado da tecnologia e dos atores brasileiros que a dominam deverá permitir um melhor conhecimento mútuo, propiciando parcerias tecnológicas e industriais franco-brasileiras, a ser concretizadas no Salão Pollutec 2007 em Paris.



ILUSTRAÇÃO FERNANDO BERNARDO

Alain Griot é chefe do Departamento de Ásia e Américas do Serviço de Políticas de Inovação e Competitividade do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria na França

¹ Escritório das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial em Paris.

² Agência Francesa para o Desenvolvimento Internacional.

Interação *On-line*

Nova ferramenta
vai melhorar
comunicação interna
do Sistema IEL

Convenção de
Superintendentes, em Brasília

Uma nova ferramenta que promete melhorar a comunicação de superintendentes e gestores do Sistema IEL foi lançada mês passado, em Brasília. O *Interação on-line*, que teve a primeira edição distribuída em 30 de março, tem periodicidade quinzenal e é enviado a *e-mails* de funcionários do IEL Nacional e dos regionais em todo País. “A *newsletter* atende a uma antiga demanda dos superintendentes da entidade. Pretendemos que seja um instrumento de disseminação de

boas práticas”, destacou o superintendente do IEL, Carlos Cavalcante.

A idéia, segundo Cavalcante, é que o boletim seja destinado ao público interno da entidade e posteriormente distribuído a parceiros e clientes. No *Interação on-line*, são veiculadas notícias sobre iniciativas nacionais da entidade, boas práticas regionais, dicas de recursos humanos e destaques do IEL na mídia.

O lançamento do mais novo canal de comunicação foi destaque na Convenção de Superintendentes do



ROBERTO JAMME

IEL, realizada em 29 de março, no Hotel Blue Tree, em Brasília. Outra ferramenta de comunicação *on-line*, o sistema Parla, também foi mostrada aos superintendentes da instituição. Por meio desse sistema, os gestores da entidade poderão realizar conferências via *web*, com áudio, vídeo, compartilhamento de tela e outras aplicações. Entre as vantagens estão a eficiência e o baixo custo operacional.

BOAS PRÁTICAS

Durante o encontro, foram apresentados casos de sucesso e discutidas ações prioritárias da entidade, como o *Programa de Estágios e Bolsas*, a *Capacitação Empresarial* e a *Educação Executiva* e a proposta de nacionalização do *Programa de Qualificação de Fornecedores* (PQF). Desenvolvido em Goiás, Bahia, Espírito Santo e Maranhão, o PQF visa estimular a qualificação de empresas fornecedoras e criar maior confiança entre compradores e fornecedores.

O programa de *Gestão da Inovação*, do IEL em Minas Gerais, foi uma das boas práticas apresentadas no encontro. O objetivo é facilitar a inovação e o desenvolvimento tecnológico nas empresas. Por meio da iniciativa, são oferecidos cursos de especialização em gestão estratégica e captação de recursos para o desenvolvimento tecnológico, assessoria a companhias em elaboração de projetos de inovação tecnológica e busca de parcerias com universidades e instituições de pesquisa.

O IEL-MG promove ainda fóruns tecnológicos setoriais para universidades e empresas de setores considerados estratégicos, como o de gás, energia e biotecnologia. Nesses encontros, são tratadas questões como o financiamento para projetos de desenvolvimento tecnológico e oportunidades de parceria entre em-



Uggioni: mostrar o valor da inovação e ajudar na organização da sua gestão

presas e universidades. “Nos últimos dois anos, atendemos mais de 1,5 mil empresas mineiras e divulgamos 500 editais de interesse direto das empresas”, informou a superintendente do IEL-MG, Heloisa Menezes.

Outro regional que é destaque no apoio à inovação é o de Santa Catarina. Lá, há o Núcleo de Apoio ao Planejamento e à Gestão da Inovação (Nugin) para assessorar companhias na gestão da inovação. O Nugin auxilia a empresa desde a identificação de oportunidades de inovação e monitoramento de informações até a colocação de novos produtos no mercado e implementação de novos processos industriais.

Segundo o superintendente do IEL-SC, Natalino Uggioni, há carência de profissionais que percebam a importância da tecnologia para o negócio das empresas. “Pretendemos mostrar o valor da inovação tecnológica e auxiliar as empresas a organizar a gestão da inovação.”

A participação do IEL nas discussões do anteprojeto de Lei de Estágio, coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foi outra iniciativa destacada na Convenção de Superintendentes. De acordo com o gerente-executivo de Educação Empresarial e Corporativa do IEL Nacional, Gilberto Benetti, o anteprojeto elaborado pelo Ministério apresenta muitas barreiras à prática. Entre elas a proposta de redução do estágio de alunos do ensino médio para três horas diárias, piso da bolsa do estagiário de um salário mínimo e número de estagiários por empresa que não ultrapasse 10% do número de funcionários.

Benetti disse que a lei precisa ser mais flexível e procurar adequar essas e outras questões ao tipo de empresa, área de atuação do estagiário e até realidade regional. “Por exemplo, uma bolsa de um salário mínimo no Nordeste é muito alta para a realidade da região”, destacou. “Para minimizar o problema do estágio encarado como contratação de mão-de-obra barata, é preciso estabelecer questões como professores que acompanhem relatórios de estagiários e agentes mais compromissados com uma prática de estágio voltada para a cidadania e complemento curricular.”

Segundo o gerente-executivo, o IEL deverá apresentar no próximo mês sugestões de melhorias ao relator do projeto de lei, o senador Marco Maciel (DEM-PE). Para isso, o IEL Nacional recebeu neste mês propostas dos núcleos regionais.

A Convenção de Superintendentes do IEL integrou a programação da Convenção dos Executivos do Sistema Indústria, entre 26 e 29 de março, em Brasília. Cerca de 300 pessoas, entre dirigentes e funcionários da CNI, do IEL, do SESI, do SENAI e de federações participaram do evento.

Anúncio